



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		<b>1</b>
<b>Ata n.º 3</b>	<b>Reunião de 29/06/2016</b>	

**ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÓBIDOS,  
REALIZADA NO DIA 29 DE ABRIL DE 2016**

Aos vinte e nove dias do mês de junho de dois mil e dezasseis, pelas dezoito horas e quarenta minutos, no Auditório Municipal da Casa da Música, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal do Concelho de Óbidos, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

**Ponto Um** - Intervenção do público;-----

**Ponto dois** - Período antes da Ordem do Dia;-----

**Ponto Três** - Comissão de Acompanhamento do Casal de Avarela, ponto da situação;-----

**Ponto Quatro** - Apreciação e eventual aprovação da proposta de alteração dos Estatutos da AMO Mais;-----

**Ponto Cinco** - Apreciação e eventual aprovação da proposta revogação de Contrato de Delegação de Competências;-----

**Ponto Seis** - Apreciação e eventual aprovação dos documentos de Prestação de Contas Consolidadas do ano de 2015, conforme previsto no n.º 2 do art.º 76.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro;-----

**Ponto Sete** - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Óbidos acerca da atividade do município, de acordo com a alínea c) do nº 2 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;-----

---O senhor Presidente da Assembleia Municipal, cumprimentou todos os presentes, leu a ordem de trabalhos e, de seguida, a segunda Secretária, Ana Margarida Reis, fez a chamada.-----

--- **Presenças** - Telmo Henrique Correia Daniel Faria, João António de Sousa Veludo, Fernando Jorge Sousa e Silva, Laura Sousa Rodrigues de Castro Ferreira, Ana Margarida da Mata Antunes Marques Reis, Daniel Filipe Pereira Roberto, José Luís Rocha de Oliveira, Carlos Miguel Leandro de Sousa, Miguel Ângelo Pires Trindade Silvestre, Sílvia Maurício Correia, Francisco Lage Raposo Brás Teixeira, Ana Catarina Brás de Carvalho, Ricardo Miguel Pereira Duque, Jorge Joaquim Madeira Veloso, José Ferreira de Sousa Coutinho, João Paulo de Oliveira Cardoso, Márcia Alexandra Miranda de Nóbrega, Joana dos Santos Silva Machado, João Carlos Marques Costa, José Rui Pereira da Silva Raposo, Heitor Carvalho da Conceição José Manuel Ferreira Simões, Evaristo Ferreira Ribeiro e Joaquim dos Santos Martins.-----

---**Substituições** – Os senhores deputados José Rodrigues Machado, Anabela Blanc Capinha Corado e Maria Cristina Fernandes Rodrigues fizeram-se substituir pelos senhores deputados João António de Sousa Veludo, Laura Sousa Rodrigues de Castro Ferreira e Daniel Filipe Pereira Roberto.-----

Foram ainda substituídos os senhores deputados Albino Agostinho de Sousa, Luís Miguel Gonçalves de Oliveira, Dina Fernanda Pereira Vieira pelos senhores deputados Carlos Miguel Leandro de Sousa, José Ferreira de Sousa Coutinho e Márcia Alexandra Miranda de Nóbrega respetivamente.-----

O senhor deputado Custódio de Sousa Santos foi substituído pelo senhor deputado José Rui Pereira da Silva Raposo.-----

--- **Quórum** – Vinte e quatro presenças.-----

--- **Faltas** – Registou-se a falta dos deputados José Rodrigues Machado, Anabela Blanc Capinha Corado, Maria Cristina Fernandes Rodrigues, Albino Agostinho de Sousa, Anabela Braga Adónis, Luís Miguel Gonçalves de Oliveira, Dina Fernanda



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		<b>2</b>
<b>Ata n.º 3</b>	<b>Reunião de 29/06/2016</b>	

Pereira Vieira, Custódio de Sousa Santos, Luís José do Coito Ribeiro, Hélder José Mineiro Mesquita e João Paulo Herculano Rodrigues.-----

De seguida, foi dada a palavra ao primeiro secretário para que este lesse a correspondência recebida, que foi a seguinte:-----

---Foi recebido um e-mail proveniente do Grupo Parlamentar Os Verdes, dando conta das respostas que foram dadas pelo Ministério do Ambiente às perguntas que foram formuladas pelos senhores deputados José Luís Ferreira e Heloísa Apolónia, sobre a laboração da Pedreira de Gesso da Avarela, tendo destacado quatro factos de maior relevância nomeadamente, que perante a fase de pré-esgotamento em que se encontrava a Pedreira foi solicitada um pedido de ampliação da mesma, estando o mesmo sujeito a avaliação de impacte ambiental a qual é previa ao licenciamento e que à data da resposta dada, o procedimento de avaliação de impacte ambiental se encontrava em fase de avaliação técnica pela Comissão de Avaliação, estando prevista a sua conclusão a nove de maio do corrente ano.-----

Deu conta que teria sido recebida uma informação conjunta proveniente da Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas Josefa de Óbidos, Associação de Pais do Complexo Escolar do Alvito e da Associação de Pais e Encarregados de Educação do Complexo Escolar do Furadouro e Jardins de Infância Adjacentes, dando conhecimento que nenhuma das três Associações, de acordo com a decisão dos respetivos órgãos da direção, seria associada da FERLEI, acrescentando que não teria sido delegada em nenhuma pessoa qualquer tipo de representatividade junto daquela instituição.-----

Informou ainda que foram recebidos os pedidos de justificação de falta respeitantes à presente reunião dos deputados Albino Sousa, Dina Vieira, Cristina Rodrigues, Custódio Santos e João Rodrigues tendo este solicitado que fosse lida a sua justificação à Assembleia Municipal cujo teor se transcreve:“ Não posso estar presente nesta Assembleia nem colocar substituto devido à Festa de São Pedro se estar a realizar, evento este que já tem edições anteriores e é organizado a cem por cento pela Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Sobral da Lagoa, pois o cartaz já saiu à bastante tempo. Foi informado pelo boletim da Junta e enviado para a Câmara Municipal de Óbidos, por seguinte pedia se possível um pouco mais de atenção para a marcação das Assembleias.-----

Obrigado.-----  
João Rodrigues”-----

Foi também recebido um pedido de justificação de falta do senhor deputado Albino Sousa respeitante à Assembleia Municipal ocorrida no dia vinte e nove de abril do corrente ano.-----

---O senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que a marcação é feita em conjunto com o secretariado municipal, tendo esta de reunir e serem tomadas deliberações, não obstante ao facto, se por algum motivo algum dos membros não possa estar presente, sugeriu que em caso de impossibilidade de comparência a mesma possa ser atempadamente comunicada, podendo tentar-se ter em consideração aquando da sua marcação.-----

----- ORDEM DE TRABALHOS: -----

**Ponto Um - Intervenção do público** -----

--- Pediu a palavra o senhor José Patrício, na qualidade de representante da Associação de Moradores do Casal da Avarela, tendo cumprimentado os presentes e felicitado o senhor Presidente da Assembleia Municipal.-----



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		<b>3</b>
<b>Ata n.º 3</b>	<b>Reunião de 29/06/2016</b>	

Fez saber que a sua presença se deve à gravidade das situações de saúde pública, ambiental e de qualidade de vida das pessoas. Referiu que, após várias reuniões tidas e visitas aos locais, e após terem sido unanimemente presenciadas, esta seria, na sua opinião uma situação de calamidade pública, verificando-se uma total negligência das autoridades em resolver o problema.-----

Por último, pediu que a Assembleia Municipal intercedesse junto da Câmara Municipal e das Entidades competentes, por forma a que estes actuassem rapidamente.-----

---Pediu a palavra a senhora Isabel de Azevedo Noronha, na qualidade de residente na Vila de Óbidos, referindo que apesar da extrema importância, e do estado de caos que se fazia sentir no concelho, no que diz respeito à praga de moscas, estando esta inclusivamente a afetar o turismo local, quis focar a questão das frequentes roturas ocorridas no fornecimento de água que ocorrem no concelho de Óbidos.-----

---Pediu a palavra o senhor Carlos Sá, na qualidade de morador no Bairro da Senhora da Luz, referindo que a sua presença se deveria a imperativos de saúde pública, não sendo na sua opinião o aviário o único causador das moscas.-----

Referiu que a recolha do lixo teria de ser acautelada pela Câmara Municipal, tendo afirmado que o espaço que decorre entre as recolhas do lixo seria bastante alongado, dando origem a contentores destapados e repletos, com acumulação de moscas, bem como o espalhamento de estrumes em terrenos agrícolas, considerando necessária a aplicação de coimas, caso não estivessem a ser cumpridas as boas práticas e respetivas disposições legais.-----

Salientou que seria uma situação que se vem arrastando, no mínimo à três anos, considerando haver uma falta de informação, exigindo-se , perante a presente calamidade, que o ponto de situação fosse comunicado ao munícipe através das Juntas de Freguesia, para que este tenha conhecimento do decorrer da situação, questionando quais as medidas que o Município iria tomar por forma a resolver a situação, lamentando não poder contar com a presença de mais moradores.-----

---Pediu a palavra o senhor João António de Matos Dias, na qualidade de morador na Quinta de São José no Senhor da Pedra, tendo saudado todos os presentes, acrescentando que, após ter lido a ata da Assembleia Municipal teria ficado esclarecido acerca do problema das moscas.-----

Considerou a presente situação insuportável, dando conta da gravidade da situação que se vivia na Quinta de São José, tendo já inclusivamente remetido um e-mail ao Senhor Diretor Geral da Saúde a dar conta disso e, agendado uma reunião com a senhora Delegada de Saúde.-----

Solicitou o ponto de situação à Comissão de Acompanhamento que teria sido criada para o efeito, salientando que a Quinta de São José deveria de ser a zona urbana mais próxima do aviário, tendo este obrigatoriamente de ter um controlo sanitário adequado, atendendo à sua dimensão.-----

Por último, o senhor João Dias afirmou que se sentia lesado no investimento que fez, sentindo-se no direito, caso não fossem tomadas medidas, de ser indemnizado por perdas e danos, dando conta ainda da sua intenção de apelar diretamente ao senhor Presidente da República, Primeiro-ministro e Presidente da Assembleia da República para a resolução do problema.-----

---Pediu a palavra o senhor Luís Cajão, na qualidade de representante da Associação Empresarial Óbidos.Com, que após cumprimentar os presentes deu conta das preocupações sentidas pelos comerciantes e empresários do concelho de Óbidos, relativamente ao problema das moscas, estando este a pôr em causa, a



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		<b>4</b>
<b>Ata n.º 3</b>	<b>Reunião de 29/06/2016</b>	

sustentabilidade das empresas e economia local e regional, tendo apelado ao executivo municipal e entidades competentes para que fossem tomadas medidas com a máxima urgência, por forma a solucionar a presente situação.-----

---Pedi a palavra o senhor Paulo Cunha, na qualidade de membro da direção do Hotel Rainha Santa Isabel, tendo manifestado a sua indignação acerca da praga de moscas que se tem vindo a verificar, destacando a inoperância das entidades responsáveis perante o problema, dando conta ainda que tem vindo a deparar-se com o cancelamento de reservas e de várias reclamações por parte dos seus clientes.-----

---Pedi a palavra a senhora Ana Ferreira na qualidade de moradora e comerciante na Vila de Óbidos, e não obstante a sua preocupação relativamente ao problema das moscas, manifestou o seu interesse, para a possibilidade de agendamento de uma sessão de esclarecimentos por parte da Câmara Municipal, relativamente ao Regulamento de trânsito que iria entrar em vigor.-----

---Pedi a palavra o senhor Luís Félix Castro Ferreira, tendo mostrado a sua indignação relativamente ao problema de trânsito na Vila de Óbidos e pela forma como estaria a ser efetuada a sinalização.-----

Deu conta ainda que estaria a aguardar a recolocação que, já havia sido solicitada por este, dos marcos que foram retirados junto à sua propriedade na Usseira, aquando do alcatroamento efetuado à três anos, considerando que os terrenos deveriam de estar devidamente demarcados, alertando para as suas possíveis consequências.-----

---Pedi a palavra o senhor Eduardo Firmino, na qualidade de representante da Associação de Moradores do Casal da Avarela, tendo apelado mais uma vez, para a intervenção da Câmara Municipal e Assembleia Municipal, no que diz respeito à resolução da situação vivida pelos moradores no Casal da Avarela e zonas limítrofes, devido à laboração da pedra bem como da praga de moscas.-----

Aproveitou ainda para agradecer à Comissão de Acompanhamento criada para o efeito pelo trabalho desenvolvido.-----

---A senhora Rita Sobreiro pediu a palavra, na qualidade de representante da empresa da sociedade avícola da Avarela, e atendendo aos trabalhos desenvolvidos pela Comissão de Acompanhamento dos assuntos da Avarela, fez saber que a exploração tem sido alvo de visitas por várias entidades, como a Direção Geral da Agricultura e Pescas, Direção Geral de Alimentação e Veterinária, Veterinário Municipal, Delegação de Saúde e Comissão de Acompanhamento, tendo estas validado os procedimentos em termos de controlo de pragas, afirmando que no âmbito da sua atividade, estes fazem parte dos procedimentos de biossegurança implementados na exploração, e que teria sido disponibilizada toda a informação solicitada e obrigatória.-----

Acrescentou que no seu entender, deveriam existir outros focos de aparecimento de moscas, tendo proposto que fosse solicitada a realização de um estudo por uma entidade independente para avaliar a população de moscas nos concelhos da Região Oeste, que comparasse a sua densidade para uma mesma altura do ano, que fosse avaliada a sua origem e fossem propostas medidas para a sua redução, consoante a sua origem, sugerindo que fosse criado um grupo de trabalho conjunto com os interessados para efeitos de acompanhamento do processo.-----

---Pedi a palavra o senhor Pedro Castelo Branco, na qualidade de morador na Estrada da Senhora do Bairro, que demonstrou o seu descontentamento relativamente à praga de moscas existente, sendo da opinião que deveria ser



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		<b>5</b>
<b>Ata n.º 3</b>	<b>Reunião de 29/06/2016</b>	

decretada calamidade pública, estando as causas perfeitamente identificadas, carecendo estas de uma resolução urgente por parte das entidades.-----

---A senhora Isabel Ribeiro, na qualidade de comerciante em Óbidos, pediu a palavra dando conta que esta situação já se arrastaria à três anos, acrescentando ainda que é residente no concelho do Cadaval e que não existem moscas, sendo da opinião que o aviário não devia de ser a única causa para a praga existente e, que esta situação já ultrapassaria os limites do razoável.-----

Por último, manifestou interesse em que fosse prestada uma sessão de esclarecimentos acerca do novo Regulamento de Trânsito que iria entrar em vigor.----

---Pediu a palavra o senhor Fernando Rebelo, na qualidade de morador na Quinta de São José, salientando que as moscas com maior ou menor intensidade, sempre foram uma constante desde que reside naquela habitação à catorze anos, tendo pedindo esclarecimentos à Câmara acerca do motivo pelo qual esta situação é recorrente.-----

---O senhor Presidente da Assembleia antes de dar a palavra ao senhor Presidente da Câmara para que este respondesse e esclarecesse os presentes, fez saber que existiu uma situação semelhante à cerca de uma década, na zona da Praia Del Rei, tendo-se concluído que os aviários seriam o principal foco, tendo tido como solução, o vazio sanitário em quatro meses do ano de temperaturas mais elevadas e não produção, tendo assim conseguido equilibrar o ecossistema.-----

---Tomou a palavra o senhor Presidente da Câmara Humberto Marques que após cumprimentar os presentes, aproveitou para agradecer a sua presença e, por terem manifestado as suas opiniões e preocupações.-----

No que diz respeito à praga de moscas, fez saber de forma clara e inequívoca, que a Câmara Municipal estaria unânime quanto à causa das moscas.-----

Fez referência a uma comunicação datada de dia sete de junho do corrente ano, por parte da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, a propósito da causa das moscas que passou a citar:-----

“No âmbito de pedido e colaboração efectuado pela Câmara Municipal de Óbidos quanto a uma praga de moscas, eventualmente com origem no Aviário em Avarela, e, na sequência de informação prestada, no relatório já enviado através de ofício S03563, de sete de abril de dois mil e dezasseis e, complementarmente à mesma, a situação também foi acompanhada, por uma deslocação ao local por parte do signatário, entenda-se o senhor Vice-Presidente da CCDR-LVT que, pode verificar documental e presencialmente as evidencias apresentadas, quer pela Câmara Municipal, quer pelos particulares” tendo claramente, no seu entender, a CCDR tido uma assunção das causas das moscas, aproveitando para projetar alguns excertos de vídeos resultantes da sua visita, ao respectivo aviário no ano de dois mil e treze, para que não subsistissem dúvidas.-----

Relembrou que este seria um processo que se arrastava à anos, tendo inclusivamente sido proposto a sua deslocalização à aproximadamente uma década, devido à incompatibilidade com a área envolvente, sendo da opinião que, seria inevitável uma propagação e criatório de moscas, tal como se veio a registar.-----

Referiu que no ano de dois mil e sete, o proprietário garantiu que iria resolver a situação e depois da pressão exercida sobre o promotor, a população de moscas diminuiu, tendo voltado a existir novos surtos nomeadamente em dois mil e nove e dois mil e treze, tendo este terminado devido ao facto de uma grande superfície de distribuição ter feito um boicote à compra desta carne até o problema ser





<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		<b>6</b>
<b>Ata n.º 3</b>	<b>Reunião de 29/06/2016</b>	

solucionado, destacando a inoperância das entidades Agência Portuguesa do Ambiente, DRAPLVT, ASAE e CCDR-LVT.-----

Relembrou ainda que em dezembro de 2011, deu-se a consulta pública para o estudo de impacto ambiental para a laboração daquela unidade, sendo que a Câmara emitiu um parecer desfavorável às entidades devidamente justificado sendo que, em consequência de um incidente ocorrido no ano de dois mil e doze, decidiu favoravelmente desde que fossem cumpridas as condicionantes constantes na Declaração de Impacto Ambiental (DIA), e inclusivamente se verificasse o vazio sanitário durante os meses de junho, julho, agosto e setembro, ou seja, limpeza de pavilhões e não produção naquele período, o que não ocorreu, tendo o promotor se insurgido acerca dessa matéria.-----

O senhor Presidente da Câmara fez saber ainda que devido à situação atípica existente, foram enviadas comunicações para todas as entidades competentes, nomeadamente IGAMAOT, DGV, DRAPLVT, CCDR-LVT, Secretaria de Estado Agricultura, Secretaria de Estado Turismo, Secretaria de Estado do Ambiente, tendo recebido a informação que parecia estar em conformidade.-----

Após insistência da câmara municipal junto da CCDR-LVT, o senhor Vice-Presidente da CCDR-LVT, aquando da sua visita, pode constatar qual seria a fonte das moscas e a sua dimensão, tendo assumido que iria ser efetuada uma fiscalização, tendo esta sido levada a cabo por duas entidades nomeadamente CCDR-LVT e DRAPLVT, e apurados dois relatórios totalmente divergentes entre si.-----

O senhor Presidente da Câmara adiantou que várias condicionantes não estariam a ser cumpridas, somente duas estariam a ser respeitadas por parte do promotor, ao contrário da informação que teria sido dada pela senhora Rita Sobreiro.-----

Deu conta que teria sido contactado pela Agência Portuguesa do Ambiente, informado que, face ao relatório da CCDR-LVT, haviam condições, para que de forma articulada, a licença ambiental fosse resgatada, tendo ainda o senhor Vice-Presidente da CCDR-LVT, informado que não teria dúvidas quanto à origem das moscas, disponibilizando-se para uma reunião entre empresários e moradores, e que inclusivamente o senhor Secretário de Estado do Ambiente lhe teria dado conta que teria passado a ser um problema de dimensão nacional, problema esse que se deve, na sua opinião a uma certa incúria por parte do promotor.-----

Deu conta também que no ano de dois mil e sete tinha sido previsto e aplicado o Código de Posturas, e que teria sido efetuada uma campanha de sensibilização, referindo que o fiscal e veterinário municipais e por vezes com a presença da Delegada de Saúde, desde janeiro do presente ano, teriam vindo a fazer visitas sistemáticas a vários locais, continuando por se identificar outras causas possíveis para além do aviário.-----

Tendo ainda a indicação do senhor Vice-Presidente da CCDR-LVT na reunião tida anteriormente que, a responsabilidade maior de coordenação perante este assunto seria da DRAPLVT e da ASAE, fez saber que estaria a ponderar apresentar uma queixa ao IGAMAOT contra a DRAP-LVT, CCDR-LVT e APA, tendo ficado clara a posição da Câmara Municipal junto do senhor Vice-Presidente da CCDR, tendo tido inclusivamente oportunidade de o comunicar às outras entidades envolvidas.-----

Informou que teria sido enviado um ofício à senhora Diretora da DRAPLVT a confrontá-la com os relatórios distintos aquando da mesma visita, sem que destes constasse qualquer referência a qualquer ilegalidade ou incumprimento da Declaração de Impacto Ambiental em diversas áreas e, como justificariam este facto,



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		<b>7</b>
<b>Ata n.º 3</b>	<b>Reunião de 29/06/2016</b>	

tendo recebido indicação posteriormente que o senhor subdirector teria mostrado a sua disponibilidade para agendar uma visita.-----

Concluiu este assunto, salientando que a sua atuação se prendia com a defesa dos interesses da população, tendo apelado para o contínuo apoio ao executivo municipal e, que todas as suas queixas estariam a ser reportadas a toda a administração desconcentrada do Estado e Ministérios do Ambiente e da Agricultura. Relativamente à expansão da Pedreira, referiu que não haveria qualquer hipótese de expansão, não obstante, ao facto deste assunto carecer da sua vigilância, à semelhança da situação das moscas.-----

Por último, informou que iria ser diligenciado junto dos serviços, o agendamento de uma reunião para efeitos de esclarecimentos do Novo Regulamento de Trânsito, que teria sido publicado em Diário da República, para que tudo decorresse dentro da normalidade e de forma articulada, acrescentando que solicitou a colocação de sinais nos dois sentidos, na rua onde estão localizadas a Paragem dos Autocarros, à qual o senhor deputado José Rui Raposo fez saber que apesar da proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PCP ter sido chumbada foi tida em conta pelo senhor Presidente da Câmara.-----

---Foi dada a palavra ao senhor Vice-Presidente Pedro Félix, para esclarecer a situação das constantes roturas de fornecimento de água na Vila de Óbidos, referindo que se tratava de uma rede antiga, sendo uma zona rochosa e com bastante trepidação, competindo aos serviços fazer as reparações no mais curto espaço de tempo, de modo a diminuir os problemas que daí advêm, concluindo que a solução passará pela implementação dos projetos que aguardaram cabimento orçamental para se proceder à reparação e substituição das condutas de água em Óbidos.-----

---Pedi a palavra o senhor deputado João Paulo Cardoso, sugerindo que fosse colocado à votação, no sentido de se aferir se a Assembleia Municipal estaria em consonância com a Câmara Municipal, para que haja lugar a uma investigação policial urgente, tanto no caso das moscas como da mina da Avarela, considerando a realização da investigação de extrema importância.-----

---O senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal Telmo Faria, agradeceu a presença e, a participação do público no período antes da ordem do dia, destacando positivamente pelo facto como o mesmo decorreu.-----

**Ponto Dois - Período antes da Ordem do Dia:**-----

--- **APROVAÇÃO DE ATA:**-Foi presente para aprovação a ata número dois, referente à reunião ordinária desta Assembleia Municipal, realizada no dia vinte e nove de abril do ano de dois mil e dezasseis, tendo sido informado por parte do senhor Presidente da Mesa, quais os senhores deputados que não poderiam fazer parte da votação por não terem estado presentes, de acordo com a legislação em vigor, nomeadamente Albino Sousa, Francisco Brás Teixeira, Anabela Adónis, João Paulo Cardoso, Custódio Santos e Heitor Conceição.-----

---O senhor deputado Jorge Veloso recomendou respeitosamente para que fosse feito um esforço na entrega da ata dentro do prazo regimental, tendo sugerido ainda para que as reuniões da assembleia municipal se iniciassem às vinte e uma horas, ou eventualmente a partir das dezanove horas e trinta minutos, propondo que a mesa seguisse este tipo de princípio, seguindo o exemplo das suas congéneres.-----

---O senhor Presidente da Mesa no que diz respeito ao cumprimento dos prazos regimentais, enfatizou o pedido, destacando o esforço que é feito pelo secretariado



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		<b>8</b>
<b>Ata n.º 3</b>	<b>Reunião de 29/06/2016</b>	

que elabora a ata, tendo solicitado aos senhores Deputados, a mesma compreensão e tolerância tidas por parte da mesa, aquando da entrega de documentação fora dos prazos, por parte dos grupos municipais, não obstante ao facto de ter de ser cumprido o estipulado no Regimento.-----

No que diz respeito aos horários de início das sessões da Assembleia Municipal, fez saber que esse assunto já foi discutido e explicado anteriormente, reforçando que existe uma tentativa de valorização para que os trabalhos não terminassem de madrugada.-----

---Pedi a palavra o senhor José Raposo, que fez saber que relativamente à hora de início da Assembleia, há deputados municipais que trabalhavam em Lisboa e o horário de chegada dos autocarros não era compatível com a hora de chegada a Óbidos, vendo-se obrigados a faltar ao seu trabalho da parte da tarde, sugerindo o seu início a partir das dezanove horas.-----

---O senhor Presidente da Mesa, referiu que esta seria uma competência da mesa, sendo da opinião que, quem se candidata à Assembleia Municipal de Óbidos teria de estar disponível para trabalhar para a Assembleia Municipal, não podendo condicionar a sua atividade em função dos interesses particulares de alguns deputados, que optaram por viver e trabalhar em Lisboa, e por consequência fora do concelho de Óbidos, não sendo esse, na sua opinião um argumento válido.-----

**---Passou-se à votação tendo esta sido aprovada por maioria com uma abstenção.-----**

**---Aprovada em minuta por unanimidade.-----**

---Pedi a palavra a senhora deputada Sílvia Correia que após cumprimentar os presentes, solicitou esclarecimentos à Câmara Municipal acerca do que foi noticiado acerca de um alegado desentendimento entre a Câmara Municipal e a REFER, relativamente à Estação de Óbidos.-----

Questionou ainda acerca do ponto de situação da queixa-crime que foi apresentada relativamente à Pedreira do Planalto das Cezaredas bem como de uma alegada construção ilegal de pavilhão para fins de armazenamento de fruta situado na freguesia do Vau.-----

---Pedi a palavra o senhor deputado José Raposo, no que dizia respeito à Estação de Óbidos, referiu que teria sido aprovada por unanimidade uma Moção sobre a Linha do Oeste, em que se reclamava pela necessidade de uma modernização da Linha do Oeste, importando referir que a REFER enquanto entidade responsável pela gestão do património ferroviário, procedeu à desclassificação da Estação de Óbidos, passando a ser considerada um apeadeiro, sendo esse o motivo pelo qual a Linha do Oeste teria vindo a ser tratada daquela forma, no seu entender, dando conta que esta seria a única linha ainda ativa que estaria à venda, sendo esta uma situação inadmissível, atendendo à sua importância turística bem como o estado de degradação que a mesma apresenta.-----

Para além dos esclarecimentos que o senhor Presidente da Câmara poderia fornecer, quis alertar para a presente situação.-----

---Pedi a palavra o senhor deputado Jorge Veloso, que questionou acerca do ponto de situação do processo do anunciado hotel termal das Gaeiras.-----

Questionou ainda acerca de qual seria o plano de construção e ligação das ciclovias do concelho para os próximos anos, no âmbito dos fundos da União Europeia, nomeadamente ao abrigo do Portugal 2020 e por último referiu que atendendo a ter sido noticiado que as muralhas de Óbidos iriam continuar sem guardas de proteção, contrariamente ao que já sucederia noutros castelos de Portugal e da Europa, qual





<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		<b>9</b>
<b>Ata n.º 3</b>	<b>Reunião de 29/06/2016</b>	

seria não o motivo de Óbidos não seguir esse exemplo, por forma a minimizar o risco de acidentes.-----

Concluiu indicando que, apesar de ser uma responsabilidade da mesa, a marcação da sessão da Assembleia Municipal, o Grupo Municipal do PS sempre solicitou um ajustamento do seu horário de início, com o intuito de se verificar um consenso, permitindo assim a participação de todos na mesma.-----

---O senhor deputado Francisco Braz Teixeira parabenizou o senhor Presidente da Câmara pelo filme que foi apresentado relativamente às moscas, sugerindo que pudesse vir a ser apresentado com uma melhor qualidade, tendo tornado evidente a sua origem.-----

Posteriormente, acerca das redes de água, referiu que atendendo a que o Concelho de Óbidos teria recebido mais de dezoito milhões de euros de alvarás, se estaria prevista a obra para a substituição das redes de água.-----

Questionou ainda acerca do processo judicial relacionado com o terreno onde foi construído o supermercado Pingo Doce e quando tenciona dar por findo o processo.- Por último, referiu que teria sido anunciada a plantação de cinco milhões de árvores, questionando acerca de quem seria o culpado por não se ter vindo a verificar.-----

---Pedi para intervir a senhora deputada Catarina Carvalho, que após cumprimentar os presentes, e relativamente aos Regulamentos de Abastecimento de Água, Saneamento e Resíduos Sólidos, e pretendendo a Câmara preparar nova tabela de taxas e tarifas para água, esgotos e resíduos sólidos, questionou acerca de quais seriam as suas orientações, nomeadamente se iria haver redução ou aumento de preços para os munícipes, e qual seria a data prevista da discussão destes regulamentos.-----

---Pedi a palavra a senhora deputada Joana Machado, que questionou se já existiria uma data prevista para Plano Estratégico Educativo Municipal (PEEM) 2016-2020, ser submetido a aprovação da Assembleia Municipal bem como a possível data para a revisão/actualização do contrato interadministrativo de delegação de competências na área da educação.-----

---Pedi a palavra a senhora deputada Ana Margarida Reis que aproveitou para fazer algumas referências em termos de educação, nomeadamente que os professores do Agrupamento de Escolas de Josefa de Óbidos, iriam reunir para ser feito um balanço acerca do projeto das equipas educativas, sendo esse um projeto com uma dinâmica de diferenciação pedagógica e introdução de novos projetos, com o objetivo de expôr e avaliar o que foi desenvolvido, tecendo considerações e propostas que poderiam ser pertinentes em conjunto com a comunidade educativa e tidas em conta para o próximo ano letivo.-----

Deu conta ainda do “dia aberto” onde os alunos dos Complexos Escolares, tiveram oportunidade de experienciar o que a Escola Josefa de Óbidos teria como oferta, tendo inclusivamente os encarregados de educação sido convidados para sessões de esclarecimentos acerca da oferta escolar existente para o próximo ano letivo.-----

Por último deu conta que foram realizadas atividades no final do ano letivo que envolveram toda a comunidade escolar, tendo destacado a Gala da Dança tendo tido uma enorme adesão.-----

---Pedi a palavra o senhor João Paulo Cardoso sugeriu que fosse feita pela Câmara Municipal uma declaração de louvor à Associação Espeleológica de Óbidos, pela contribuição na organização do Torneio Internacional de Futebol, destacando que a equipa “Os Traquinas” teria ficado em segundo lugar, tendo tido a participação de



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		<b>10</b>
<b>Ata n.º 3</b>	<b>Reunião de 29/06/2016</b>	

aproximadamente novecentas crianças, salientando que, aproximadamente seiscentas viriam de dezoito localidades diferentes da Galiza.-----  
Deu conta que teria sido realizada a primeira reunião de toponímia em que foi levantada uma questão no que diz respeito à falta de denominações corretas, podendo vir a onerar os cidadãos em termos de alteração de morada em documentos como o cartão do cidadão e carta de condução, sugerindo que a Câmara pudesse disponibilizar os seus serviços para o efeito e, articular com as entidades competentes, caso houvesse viabilidade, por forma a reduzir os encargos que os munícipes poderiam vir e eventuais transtornos causados.-----  
Por último, reforçou que seria fundamental a modernização da Linha do Oeste aproveitado para destacar e cumprimentar a Câmara Municipal pela sua iniciativa do Óbidos Buskers Festival, Artes de Rua.-----  
---Pedi a palavra o senhor deputado João Carlos Costa que fez referência ao Festival da Ginja, que decorreu na Freguesia da Amoreira, tendo registado a presença de milhares de visitantes e, uma enorme adesão, destacando ainda a obtenção de uma certificação oficial regulamentada pela Comissão Europeia, valorizando e destacando assim a ginja, tornando-a exclusiva e reconhecida.-----  
Destacou ainda a realização das festas populares no concelho de Óbidos, que têm vindo cada vez mais a chamar a atenção para Óbidos, trazendo habitantes de fora e dentro do Concelho.-----  
---O senhor deputado Miguel Silvestre cumprimentou os presentes, e congratulou a Câmara Municipal pela apresentação do projeto de Requalificação dos Armazéns do Vinho de A-da-Gorda, sendo este na sua opinião, um projeto inovador e um momento de participação por parte da comunidade, tendo destacado o cumprimento dos prazos estipulados para o efeito.-----  
---Foi dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara para poder responder ou esclarecer as questões que lhe foram colocadas, nomeadamente fez saber da união relativamente à modernização da Linha do Oeste, reivindicando a Estação de Óbidos, tendo vindo a negociar com as infra-estruturas de Portugal e à época com a REFER, dando conta que a Câmara Municipal de Óbidos não resolveu o contrato com a REFER em momento algum, tendo inclusivamente mostrado total disponibilidade, com vista à interoperabilidade entre REFER e transportes terrestres, no âmbito de um plano de mobilidade que tinha sido iniciado em conjunto com o Município de Caldas da Rainha, considerando fundamental o reforço da mobilidade ferroviária através da Linha do Oeste.-----  
Quanto ao pavilhão o senhor Presidente da Câmara deu conta que este estaria em fase de análise técnica.-----  
Relativamente à Pedreira das Cezaredas, fez saber que teria sido emitido parecer desfavorável por parte da Câmara Municipal.-----  
Relativamente ao Plano de Ciclovias, deu conta que este estaria enquadrado no âmbito de um Plano Intermunicipal com fundos comunitários, e ao abrigo de um contrato interadministrativo em que a Câmara delegou competências às freguesias.  
No que diz respeito à colocação de guardas, fez saber da opção da senhora Diretora Geral da Direção Geral do Património Cultural, em reunião tida, tendo sido informado de forma clara e inequívoca, pela sua decisão de não colocação de guardas atendendo a que, as guardas simuladas por vezes incorrem num maior facilitismo por parte dos cidadãos. Por outro lado e, ponderando a hipótese da colocação de barreiras a servir de guardas com determinadas características, significaria a descaracterização do centro histórico.-----



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		<b>11</b>
<b>Ata n.º 3</b>	<b>Reunião de 29/06/2016</b>	

Explicou ainda que a responsabilidade sobre a Direção Geral do Tesouro e Finanças seria maior em caso de acidente no caso destas falsas guardas, pois tratava-se de um espaço do domínio privativo do Estado, tendo a DGPC exigido o reforço da sinalização.-----

Quanto à Rede de Águas do Concelho de Óbidos, o senhor Presidente da Câmara salientou que a falta de execução de fundos comunitários poderia vir a permitir que as regras no âmbito do ciclo urbano da água pudessem vir a abrir oportunidades, pois as realidades são condutas novas e no âmbito do uso eficiente da água, não sendo o restabelecimento de condutas uma prioridade.-----

Quanto ao caso Pingo Doce, até trânsito em julgado não iria tecer qualquer comentário.-----

Quanto à plantação de árvores, referiu que só poderia existir o Parque Florestal, quando existirem interessados nos direitos de construção e, que os pudessem vir a adquirir e ceder ao domínio público municipal aquela área correspondente aos seiscentos hectares.-----

Em resposta à senhora deputada Catarina Carvalho, referiu que se estariam a aguardar contributos, não tendo ainda terminado a discussão pública, não estando ainda reunidas as condições para adiantar uma data.-----

Em resposta à senhora deputada Joana Machado, fez saber que o Contrato Interadministrativo de Educação estaria constantemente em progresso, pelo que é um processo de constante melhoramento através da Comissão de Avaliação.-----

No que diz respeito ao Plano Estratégico Educativo Municipal referiu que estaria a aguardar convocatória do Conselho Municipal de Educação, prevista para o início do ano letivo e posteriormente virá à aprovação da Câmara e Assembleia Municipais.----

Fez saber ainda que iria ter em conta a recomendação feita pelo senhor deputado João Paulo Cardoso acerca do Torneio Internacional de Futebol, sendo já prática a atribuição dessa menção, aquando da realização de provas desportivas, também esta motivo de regozijo para o senhor Presidente.-----

Demostrou o seu orgulho e regozijo pela atuação do senhor Presidente de Junta de Freguesia da Amoreira em relação ao Festival da Ginja, parabenizando-o pelo efeito que teve numa dimensão geográfica regional e nacional, chamando a atenção que a organização levou a cabo visitas aos pomares, na dimensão de turismo de experiência tendo os autocarros sempre lotados.-----

Em relação à certificação que foi atribuída, destacou-a pela positiva fazendo referência que teria dado entrada nos serviços da Administração Central, um pedido de caracterização/classificação, para que a própria ginjinha seja valorizada.-----

---O senhor deputado José Raposo questionou acerca de qual teria sido a área efetivamente classificada, atendendo a que a classificação inicial permitia ser certificado o produto independentemente do local onde poderia ser produzido e inclusivamente permitia a importação do produto de origens não nacionais, à qual o senhor Presidente esclareceu que a denominação IGP, Identificação Geográfica Protegida que foi atribuída seria distinta de uma denominação de origem, afirmando que a produção do fruto só poderia ser feita nesta área geográfica em concreto, nomeadamente do Bombarral até Porto de Mós, não obstante a que a produção do licor numa IGP possa ser feita fora dessa mesma área.-----

**Ponto Três - Comissão de Acompanhamento do Casal de Avarela, ponto da situação:**-----

---O senhor Presidente da Assembleia Municipal lembrou que em fevereiro teria sido criada uma Comissão de Acompanhamento, sendo esta constituída por um



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>	<b>12</b>
<b>Ata n.º 3</b>	<b>Reunião de 29/06/2016</b>

membro de cada força partidária com representação, tendo passado a palavra ao senhor deputado José Raposo para fazer o ponto de situação.-----

---Pedi a palavra o senhor deputado José Raposo que, de acordo com o relatório preliminar que teria sido enviado a todos os membros da Assembleia, ao qual pedi desde logo desculpa pelo seu envio tardio aos membros da Assembleia, fez saber das conclusões nele apresentadas até aquela data que seriam objeto de trabalho da própria Comissão.-----

No que dizia respeito à Pedreira da Avarela fez saber das seguintes conclusões que se transcrevem:-----

“1. A não cessação da atividade de exploração da pedreira da Avarela, com ou sem ampliação, representará a permanência de uma situação de conflitualidade de uso do solo, considerando que os sucessivos executivos municipais, ao longo dos anos, desde a criação da urbanização do Casal da Avarela, não tomaram as adequadas medidas de salvaguarda, com recurso aos instrumentos de gestão territorial, designadamente o PDM.-----

2. Os habitantes do Casal da Avarela, por um período mais ou menos longo de tempo, continuarão a sofrer os efeitos nefastos da exploração da pedreira, já que não foi possível provar que quaisquer medidas de ordem técnica já adoptadas ou que possam vir a ser adoptadas pela empresa, reduzam de forma significativa os impactos ambientais e patrimoniais já constatados.-----

3. A Assembleia Municipal de Óbidos, deverá tomar como resolução, a recomendação à Câmara Municipal de Óbidos, para que encete todas as diligências que, no âmbito das suas competências, devam ser tomadas junto do Governo, para que a exploração da pedreira da Avarela cesse, no imediato, a atividade.”-----

No que dizia respeito aos aviários da Avarela fez saber das seguintes conclusões que se transcrevem:-----

“1. A Comissão de Acompanhamento não dá por concluído, que como única fonte da proliferação de pragas de moscas no Casal da Avarela e imediações, estejam os aviários da Sociedade Avícola da Avarela.-----

2. Considera, contudo, que os aviários são uma das fontes, podendo até ser a principal, com uma expressão tanto maior, quanto menor é a intervenção química para a debelação dos insetos, no interior dos aviários.-----

3. A este facto, acresce a reiterada ausência de cumprimento das normas para manuseamento, depósito e transporte de resíduos sólidos, designadamente, estrumes, não tendo ficado comprovada a existência de integrais cuidados a este nível.-----

4. A possibilidade do apuramento da existência de outras fontes de proliferação das pragas de moscas, deverá resultar da audição em sede da Comissão, de outras entidades que atempadamente não foram ouvidas, designadamente, da área da investigação científica, postas já ao corrente deste caso.-----

5. Contudo, nesta fase preliminar, a Comissão de Acompanhamento propõe à Assembleia Municipal que tome uma resolução no sentido de aconselhar a Câmara Municipal de Óbidos a encetar as diligências adequadas para, que de forma sustentada, encontre as soluções para a deslocação dos aviários para outro local do concelho de Óbidos que não conflitue com áreas urbanizadas, de exploração turística ou de interesse paisagístico.”-----

Pedi ainda permissão para ler uma declaração do senhor deputado José Machado, também este membro da Comissão de Acompanhamento, encontrando-se ausente



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		<b>13</b>
<b>Ata n.º 3</b>	<b>Reunião de 29/06/2016</b>	

no estrangeiro, tendo em conta que não teria sido concluída unanimemente pela Comissão, a inclusão do texto no Relatório Preliminar que se transcreve:-----  
“Quanto ao trabalho da Comissão, José Machado alertou em devido tempo como sendo importante relativamente à eventual ampliação da mina de gesso aquilo para que nos chamou a atenção a Directora de Serviços de Ambiente da CCDR, relativamente à alteração do PDM em dois mil e treze que, supostamente era apenas relativa à área do Bom Sucesso mas, afinal também teve designadamente modificação no artigo quarenta e nove do PDM que inclui a mina de gesso da Avarela, embora tal não conste das atas das reuniões de Câmara e da Assembleia Municipal.-----

Este assunto necessita de ser devidamente esclarecido uma vez que, segundo aquela Directora, poderá fazer toda a diferença em dificultar a solução do problema existente e identificado das reclamações que são públicas de moradores da Avarela. José Machado”.-----

Acrescentou ainda que dos contactos que foi possível estabelecer com investigadores da área da entomologia, houve disponibilidade para que alguns membros da Sociedade Portuguesa de Entomologia, se deslocassem a Óbidos para uma sessão de esclarecimentos sobre esta matéria, dada a importância desta matéria, importando aprofundá-la do ponto de vista científico.-----

Esclareceu ainda e, em nome da Comissão, que na visita que fez aos aviários, contrariamente ao que a representante da Sociedade Avícola da Avarela Rita Sobreiro afirmou, não teriam sido validados quaisquer procedimentos, tendo sido somente registado por parte desta e tirado as suas conclusões, não tendo inclusivamente competências para validar os mesmos.-----

Por último, fez saber que seria do entendimento da Comissão que, o Relatório deveria ser colocado à apreciação, por forma a ser considerado o contributo na resolução deste problema, salientando que faltavam auscultar algumas entidades no esclarecimento de algumas questões.-----

O senhor Presidente da mesa esclareceu que o ponto foi inscrito na ordem de trabalhos somente para conhecimento, estando numa fase de ponto de situação, felicitando a Comissão pela sua disponibilidade e trabalho demonstrados.-----

---O senhor deputado Miguel Silvestre fez saber que o Grupo Municipal do PSD era da opinião que o Relatório necessitava de alguns reparos, por forma a clarificar algumas posições, estando, no seu entender, omissas algumas premissas, achando fundamental que o documento não tivesse um carácter defensivo mas de afirmação coletiva que refletisse de forma clara o que foi transmitido pelas populações, assumindo assim um papel de força e, uma posição assumida de confronto em relação a um conjunto de entidades e defesa dos interesses das populações.-----

---O senhor deputado José Raposo enquanto membro da Comissão, esclareceu que quanto à questão de uma maior incisão no relatório, nomeadamente à origem ou fonte do aparecimento da praga das moscas, que estes estariam na qualidade de políticos, competindo aos técnicos a sua avaliação e fundamentação, estando certo que eventualmente poderiam não estar refletidos todos os dados.-----

Afirmou que sem ser posto em causa que efetivamente havia uma fonte principal que provocaria a proliferação de moscas nesse Concelho, não se poderia afastar outras eventuais causas, não pondo em causa a conclusão fundamental, acautelando a ponderação da existência de outros focos, caso existisse intenção de resolução do problema na sua totalidade.-----





<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		<b>14</b>
<b>Ata n.º 3</b>	<b>Reunião de 29/06/2016</b>	

Relativamente à questão da Pedreira, fez saber ainda que já teriam sido assumidos vários compromissos dos organismos intermédios da Administração Pública quanto a esta questão e, transmitido à Comissão pela senhora Diretora de Serviços de Ambiente, que fez parte da Comissão de Avaliação de Impacto Ambiental que, teria sido dado um parecer desfavorável, ou seja, concluído que a Pedreira não reunia condições para funcionar com ampliação da área de exploração. Contudo, que existiam outros fatores a pesar no processo, nomeadamente de ordem económica, exclusividade, entre outros.-----

---O senhor Presidente da Câmara felicitou a Comissão pelo trabalho desenvolvido e pela forma como teria sido conduzido contudo, considerou que seria fundamental uma análise mais aprofundada de algumas questões.-----

No que diz respeito à declaração do senhor Deputado José Machado, lembrou só que dos membros que fariam parte da Comissão, este seria dos que mais acompanhou o processo de alteração do Plano Diretor Municipal, sendo este conhecedor da situação, não devendo na sua opinião, suscitar estas questões ou dúvidas.-----

---O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou os presentes que teria sido entregue à mesa uma Moção de Apoio, intitulada Moção de Apoio, tendo procedido à sua leitura que se transcreve:-----

“Os Grupos Municipais que compõem a Assembleia Municipal de Óbidos, nos termos do Regimento propõem a presente Moção de Apoio, para subscrição das queixas apresentadas pela Câmara Municipal, para apurar as responsabilidades das entidades competentes em sede de autorização/fiscalização, licenças de exploração avícola, APA, CCDR-LVT, DRAPLVT.-----

Óbidos, vinte e nove de junho de dois mil e dezasseis.-----

Os Grupos Municipais do PSD, PCP e PS”-----

**---Não havendo mais intervenções, passou-se à votação da Moção tendo sido aprovada por unanimidade.**-----

**Aprovado em minuta por unanimidade.**-----

**---Foi dado conhecimento do Relatório Preliminar à Assembleia Municipal.**-----

**Ponto Quatro - Apreciação e eventual aprovação da proposta de alteração dos Estatutos da AMO Mais:**-----

**---Não havendo intervenções, passou-se à votação tendo sido aprovada por unanimidade.**-----

**Aprovado em minuta por unanimidade.**-----

**Ponto Cinco – Apreciação e eventual aprovação da proposta revogação de Contrato de Delegação de Competências:**-----

Pediu a palavra a senhora Deputada Catarina Carvalho que referiu no âmbito do Contrato de Delegação de Competências, solicitavam que fosse concedida uma outra obra a realizar para a Junta de Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Sobral da Lagoa, atendendo que a ciclovia teria sido retirada, passando os seus custos a ser suportados quinze por cento pela Câmara Municipal e oitenta e cinco por cento por fundos comunitários.-----

O senhor Vice-Presidente Pedro Félix respondeu que àquela data estariam em conversações e em acerto de projecto, na criação de passeios no Carregal de modo a compensar esse diferencial que existiria retirado à obra que iriam fazer por conta da Câmara, da ciclovia da A-da-Gorda até à Pegada, não sendo prejudicada a Junta de Freguesia por este facto.-----



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>	<b>15</b>
<b>Ata n.º 3</b>	<b>Reunião de 29/06/2016</b>

**--- Não havendo mais intervenções, passou-se à votação tendo sido aprovada por unanimidade.**-----

**Aprovado em minuta por unanimidade.**-----

**Ponto Seis -** Apreciação e eventual aprovação dos documentos de Prestação de Contas Consolidadas do ano de 2015, conforme previsto no n.º 2 do art.º 76.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro;-----

---Pedi a palavra a senhora deputada Catarina Carvalho que aproveitou para referir que após análise dos documentos se constatou que o resultado líquido do exercício consolidado era negativo pelo quarto ano consecutivo e que, não estariam devidamente contabilizadas provisões para fazer face a dívidas a receber, que se arrastam há muitos anos e bem assim para fazer face a condenações judiciais, nomeadamente, uma dívida superior a um milhão de euros que já teria passado pelo Tribunal da Relação, do caso Pingo Doce.-----

Além disso, considerou que não estariam a ser contabilizadas as faturas emitidas pelas Águas do Oeste, que estariam em contencioso à alguns anos.-----

Por último referiu que atendendo à divulgação das contas da Obitec, após a insistência e solicitação do Grupo Municipal do Partido Socialista e, para além da consolidação das contas municipais, gostariam também de apreciar o relatório e contas da Obitec.-----

O senhor deputado José Luís Oliveira, cumprimentou os presentes e acrescentou em relação a este ponto que, o prejuízo que efetivamente existiria com a consolidação seria um prejuízo menor e pouco significativo, valorizando o trabalho feito pelas duas instituições em relação às contas consolidadas, ficando demonstrado que estas teriam provocado uma melhoria nos resultados existentes.---

---Aquando da votação deste ponto, o grupo municipal do Partido Socialista chamou a atenção para o facto do deputado municipal Miguel Silvestre, ser diretor da Obitec, não sendo compatível este fazer parte da votação, ao qual foi aceite pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal.-----

---Foi solicitado ao secretariado para registar o incómodo da bancada parlamentar do Partido Socialista relativamente ao atraso do senhor Deputado Ricardo Duque.-----

A senhora segunda Secretária Margarida Reis esclareceu que teria registado que o senhor Deputado Ricardo Duque teria chegado ainda dentro do período de tolerância.-----

---O senhor Deputado José Luís Oliveira pediu a palavra para referir que o assunto que estaria a ser colocado à aprovação seriam as contas consolidadas e, não as contas da Obitec, sendo da opinião que o senhor Deputado Miguel Silvestre deveria ter direito a voto, sugerindo que futuramente, esta situação fosse devidamente analisada.-----

**--- Não havendo mais intervenções, passou-se à votação tendo sido aprovada por maioria com doze votos a favor, nove votos contra e duas abstenções.**-----

**Aprovado em minuta por unanimidade.**-----

**Foi apresentada declaração de voto do senhor Deputado João Cardoso que se transcreve:** “Declaração de Voto-----

Relativamente ao ponto 6º da ordem de trabalhos da Assembleia Municipal de Óbidos do dia 29 de Junho de 2016, quanto à prestação de Contas Consolidadas do ano de 2015, conforme previsto no n.º.2 do artigo 25º da Lei nº. 75/2013, de 12 de Setembro, embora resumidamente as tenha proferido verbalmente e o meu voto tenha sido abstenção, venho:-----



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		<b>16</b>
<b>Ata n.º 3</b>	<b>Reunião de 29/06/2016</b>	

Relembrar um ensinamento de economia política que recebi e que neste tipo de organização política tem sido esquecido “o perigo do proteccionismo é tornar-se perpétuo” o que, em regra, levará ao desmembramento dessa organização;-----

Apresentar o meu repúdio por, pela terceira vez, enquanto membro desta assembleia, assistir à apresentação de prejuízo nas contas do ano, no caso de 2015, mesmo após consolidação das mesmas;-----

Reconhecer que, a meu ver, as recomendações emitidas no passado recente, tanto do ROC como pela oposição, não terem merecido as cautelas que se impõem;-----

Reconhecer também que as provisões para eventuais pagamentos de indemnizações, mormente os de avultadas quantias em dinheiro, não tenham sido contempladas.-----

Porém, também reconheço sobre esse assunto, que os serviços camarários do município tenham previsto eventual Acção de Direito de Regresso, o que, objectivamente, não penalizará o município.-----

Espero que, no próximo orçamento, as aludidas recomendações, colocando Óbidos à frente, o bem comum e com responsabilidade social, sejam minimizadas as divergências políticas, e pelo menos, sejam plasmadas aquelas tanta vez repetidas pelo ROC.-----

Finalmente, e como diz o povo “não há mal que sempre dure ou bem que nunca acabe”, ditado acelerado no tempo muito devido ao aproveitamento das novas tecnologias.-----

João Paulo Oliveira Cardoso”.-----

**Ponto Sete** - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Óbidos acerca da atividade do município, de acordo com a alínea c) do nº 2 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;-----

--- E por nada mais haver a tratar, pelas vinte e duas horas e cinquenta minutos do dia vinte e nove de junho do corrente ano, o senhor Presidente da mesa da Assembleia Municipal declarou encerrada a reunião, tendo agradecido a colaboração de todos, do que para constar se lavrou a presente ata, que foi aprovada em minuta no final da mesma, deliberado pela maioria dos membros presentes, nos termos do número três, do artigo cinquenta e sete, da Lei número setenta e cinco, barra dois mil e treze de dois de setembro.-----

--- E eu, Ana Sofia Reis Eusébio, lavrei a presente ata, também vou assinar.-----